

Sumário

DOCTRINA

ARTIGOS

Orientações envolvendo a aquisição de livros

Leonardo Vieira de Souza, José Carlos Pacheco de Almeida	9
Introdução.....	9
1 Divisão dos lotes.....	12
2 Complementação e outros posicionamentos.....	14
3 Inexigibilidade.....	15
Conclusão.....	18

Aditivos decorrentes de falhas ou omissões no projeto na execução de obras sob regime de execução de empreitada por preço global

Damilson Henrique da Rocha Júnior	19
1 Objetivo.....	19
2 Introdução.....	19
3 Referencial teórico.....	20
4 Metodologia.....	29
5 Resultados.....	36
6 Conclusão.....	37

Uma análise crítica da relicitação na Lei nº 13.448/2017

Pedro Henrique Braz de Vita, Bernardo Strobel Guimarães	39
1 Introdução.....	39
2 Os fundamentos jurídicos da relicitação.....	42
3 A disciplina da relicitação na Lei nº 13.448/2017.....	44
4 Aspectos procedimentais relacionados à relicitação.....	47
5 Considerações finais.....	48
Referências.....	48

Contratos de gestão com organizações sociais na área de saúde: onze comentários (e nenhum segredo)

Fernando Menegat	51
1 Introdução.....	51
2 Contratos de gestão são instrumentos contratuais de outorga, não de fomento.....	52
3 Chamamento público para seleção da organização social parceira.....	53
4 As contratações feitas pelas organizações sociais não são licitações.....	54
5 Organizações sociais são entidades sem fins lucrativos e, como tal, não são estruturadas para suportar calote.....	54
6 Os recursos públicos recebidos são absolutamente impenhoráveis, inclusive em ações trabalhistas.....	55
7 Organizações sociais possuem direito ao reajuste e repactuação de preços, bem como ao reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de gestão.....	56

8	É plenamente admissível o custeio de despesas indiretas/operacionais com recursos públicos repassados, mas há balizas para tal atitude ser legítima.....	57
9	O poder público não pode interferir na autonomia gerencial da organização social	58
10	Intervenção do poder público no contrato de gestão	59
11	Fiscalização do contrato de gestão e verificação independente.....	60
12	Controle do contrato de gestão pelos tribunais de contas	60

Licitações públicas como instrumento de fomento para o desenvolvimento nacional sustentável

Maria Aline Laurindo Araújo, José Carlos de Souza Colares.....	63	
1	Introdução	63
2	Fundamentação teórica	65
2.1	Definições sobre sustentabilidade.....	65
2.2	Dimensões do desenvolvimento sustentável	66
2.3	Práticas sustentáveis.....	67
2.4	Ações do governo brasileiro para práticas sustentáveis: foco nas licitações públicas	68
2.4.1	Contratações públicas sustentáveis na Lei nº 8.666/93 com os impactos produzidos pela Lei nº 12.349/2010.....	68
2.4.2	Contratações públicas sustentáveis na nova Lei de Licitações	69
2.5	Principais obstáculos para implementação das contratações públicas sustentáveis	69
2.5.1	O preço mais caro para compras sustentáveis	72
2.5.2	Ausência de conhecimento sobre licitações sustentáveis.....	72
2.5.3	Falta de vontade política para incentivar contratações sustentáveis	72
2.5.4	Falta de instrumentos específicos para contratações sustentáveis	73
2.5.5	Falta de prioridade para contratações sustentáveis	73
2.5.6	Poucos fornecedores de produtos e serviços sustentáveis.....	73
2.5.7	Desconhecimento dos critérios de sustentabilidade	73
3	Metodologia	74
4	Resultados e discussões	74
5	Considerações finais	77
	Referências.....	78

Nova tendência do direito portuário brasileiro: privatização das autoridades portuárias nos portos organizados

Loris El Hadi Maestri.....	81	
	Introdução.....	81
1	Breve histórico da evolução do regime jurídico de portos no Brasil.....	83
1.1	Lei de Modernização de Portos (Lei Federal nº 8.630/1993).....	85
1.2	Novo marco regulatório (Lei Federal nº 12.815/2013).....	86
2	Modelos de administração portuária.....	87
2.1	Configuração dos portos brasileiros: <i>Landlord Ports</i>	88
3	Tendência de privatização das autoridades portuárias à luz da Lei de Portos e da Portaria nº 574/2018 do MTPA	90
3.1	Alterações introduzidas pela Lei nº 14.047/2020 e pelo Decreto nº 10.672/2021 na Lei de Portos	91
4	Aspectos jurídicos da privatização das autoridades portuárias nos portos organizados.....	93
4.1	Natureza jurídica dos contratos aplicáveis.....	94
4.2	Procedimento de delegação	96
4.3	Competências delegáveis às autoridades portuárias privadas	98
5	Conclusão	100
	Referências.....	101

As entidades do terceiro setor e a legitimidade para ações de rescisão e revisão no TCESP

Dimas Ramalho	103
Introdução.....	103
1 As entidades do terceiro setor e a Administração Pública: confluência de esforços na busca pelo interesse público	104
2 O processo de contas e a questão do interesse tutelado	105
3 As entidades do terceiro setor e seus direitos nos processos de contas	110
Conclusão.....	114
Referências.....	115

Controle do TCU sobre licitações dispensadas por conta de calamidade pública e emergência

Bruno Lucas Silva Acácio	117
1 Introdução.....	117
2 Licitação e princípios	118
3 Dispensa por emergência ou calamidade pública	120
4 Controle pelo Tribunal de Contas da União	123
4.1 Irregularidades quanto à dispensa	124
4.2 Irregularidades quanto ao contrato	126
5 Conclusão	128
Referências	129

O devido processo legal e as relações contratuais públicas contenciosas
Uma análise sistemática e exegética do aparelho sancionatório administrativo,
à luz dos preceitos constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade,
publicidade e eficiência

Bruno Tsugami Dalla Costa	131
Introdução.....	131
1 Hermenêutica no direito administrativo.....	132
1.1 As origens da dualidade jurídica <i>particular e Estado</i>	132
1.2 Integração e congruência do direito positivado	134
1.2.1 Método ontológico	134
1.2.2 Método sistemático	134
1.2.3 Método teleológico	134
1.2.4 Método axiológico.....	135
1.2.5 Método textual ou gramatical.....	135
1.2.5.1 Critério conotativo.....	135
1.2.5.2 Critério denotativo.....	135
2 Aspectos principiológicos constitucionais.....	135
2.1 Legalidade	135
2.2 Impessoalidade.....	136
2.3 Moralidade e derivações: probidade administrativa, segurança jurídica, prudência, indisponibilidade dos recursos públicos, igualdade e julgamento objetivo	136
2.4 Publicidade	138
2.5 Eficiência e derivações: formalismo moderado, racionalização dos procedimentos administrativos, celeridade, economicidade, seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e desenvolvimento nacional sustentável	138
3 Do contencioso administrativo na gestão e fiscalização de contratos públicos.....	139
3.1 Aspectos iniciais.....	139
3.2 Do contencioso administrativo nas alterações unilaterais.....	140
3.2.1 De natureza qualitativa e/ou quantitativa.....	140

3.2.2	Da apuração dos percentuais de supressão e/ou acréscimos	141
3.3	Do contencioso administrativo em sede de observância dos prazos de execução do objeto pactuado.....	143
3.4	Do contencioso administrativo em sentido estrito.....	144
3.4.1	Organização administrativa: descentralização e descontração administrativa	144
3.4.2	Questionamento envolvendo o objeto do contrato ou cláusula contratual.....	145
3.4.3	Processamento tetragonal.....	147
3.4.3.1	Da instrução e produção de provas	147
3.4.3.2	Do juízo de apreciação <i>a quo</i>	148
3.4.3.3	Da voluntariedade recursal	148
3.4.3.4	Fase devolutiva ou de juízo de apreciação ou confirmação <i>ad quem</i>	149
	Conclusão.....	149
	Referências.....	151

A legalidade da exigência de entrega de diploma na matrícula do curso de formação como requisito de acesso ao cargo de policial militar no estado do Amapá e Distrito Federal

Fabio Carvalho Verzola	153
Introdução.....	153
1 Sobre a possibilidade de apresentação de diploma no curso de formação como requisito de acesso ao cargo de policial militar no estado do Amapá e Distrito Federal...	154
Considerações finais.....	164
Referências.....	165

O princípio da livre subcontratação: uma interpretação do art. 122 da Lei nº 14.133/2020 à luz da administração por resultados

Soraya Nouira y Maurity	169
Introdução.....	169
1 O mercado público de contratações: entre inovações e dogmas	171
1.1 A terceirização como técnica gerencial voltada à eficiência.....	171
1.2 A progressiva superação do dogma do <i>intuitu personae</i> nas contratações públicas...	174
2 A subcontratação no antigo cenário.....	178
2.1 Raízes da subcontratação e distinção com o mero fornecimento	178
2.2 Previsão normativa e aplicações práticas.....	181
3 Olhar para o futuro da subcontratação.....	184
3.1 Vetores interpretativos da subcontratação: concorrência, liberdade e eficiência	184
3.2 Riscos e incertezas e como enfrentá-los	188
Conclusão	191
Referências.....	193

Instruções para os autores.....	197
---------------------------------	-----